



9º ENEDS

ENCONTRO NACIONAL DE ENGENHARIA
E DESENVOLVIMENTO SOCIAL



“O Brasil que se quer e os caminhos que se trilham”

Estratégias de sustentabilidade na Região Metropolitana do Cariri a partir dos empreendimentos solidários.

Área temática: Teoria e prática da economia solidária

Adélia A. Brasil¹; Laryssa C. Lucas²; Edilvan M. Luna³; Francisca L. M. Souza⁴; Pedro J. R. Filho⁵; Francisco T. S. Morais⁶

¹Universidade Regional do Cariri – URCA, Crato-CE – adelia.brasil@yahoo.com.br

²Universidade Regional do Cariri – URCA, Crato-CE – lary.carvalho-crato@hotmail.com

³Universidade Regional do Cariri – URCA, Crato-CE – edilvanmoraes@hotmail.com

⁴Universidade Regional do Cariri – URCA, Crato-CE – laudecimartins@yahoo.com.br

⁵Universidade Regional do Cariri – URCA, Crato-CE – prebocas81@hotmail.com

⁶Universidade Regional do Cariri – URCA, Crato-CE – tiagomorais.eco@hotmail.com

Resumo

O artigo propõe uma reflexão sobre o movimento de economia solidária (ES) que representa a base das possibilidades de construção de projetos econômicos, sociais e pedagógicos que vem rompendo com os padrões de conhecimento, de valores e de práticas hegemônicas na sociedade capitalista globalizada. Este trabalho objetiva analisar as estratégias de sustentabilidade na Região Metropolitana do Cariri a partir dos empreendimentos solidários. Para tanto, utilizou-se uma abordagem qualitativa, dentro dos pressupostos da pesquisa-ação. Os dados estão sendo coletados a partir da participação nas mais diversas entidades que atuam de forma direta ou indireta no processo de construção e sistematização dos empreendimentos solidários existentes na região. Constatou-se que as práticas de ES enfrentam uma série de problemas nos empreendimentos dessa natureza, sendo a sustentabilidade e a autogestão dos mesmos a problemática principal. Apesar de existir várias ações a partir de fóruns e comitês como um instrumento de articulação entre as instituições com o intuito de melhorar a prática de economia solidária, ainda há muita resistência por parte dos envolvidos em participar de forma efetiva dessas discussões.

Palavras-chave: Autogestão; Cariri; Economia Solidária; Grupos de autogestão; Sustentabilidade.

1 Introdução

Com o modo de produção capitalista houve uma revolução na produtividade econômica e na liberdade individual. Desde o início do desenvolvimento do capitalismo, houve discussões acerca da exclusão de parcela dos trabalhadores nos ganhos da produtividade e os conflitos por conta da desigualdade na inserção da população na economia de mercado. Com isso emergem outros modelos em resposta à exploração e a exclusão de trabalhadores no mercado de trabalho. (AMORIM & ARAÚJO, 2004).



9º ENEDS

ENCONTRO NACIONAL DE ENGENHARIA
E DESENVOLVIMENTO SOCIAL



“O Brasil que se quer e os caminhos que se trilham”

“parte do movimento da economia social concentrou-se na busca de uma alternativa global ao desenvolvimento do capitalismo, sendo que as vertentes comunistas e socialistas resultaram nas experiências concretas dos regimes comunistas, começando pela União Soviética.” (AMORIM & ARAÚJO, 2004; p. 46).

Mas tinha também o desenvolvimento dessas que só buscavam reduzir os efeitos negativos do capitalismo e responder às necessidades não contempladas por este¹.

De acordo com Singer (2003), as iniciativas solidárias vêm ressurgir como resposta a não regulação da economia e à liberação dos movimentos dos capitais, acarretando desemprego, fechamento de firmas e marginalização dos desempregados.

A economia solidária vem privilegiar a autogestão, a valorização do trabalho humano, o desenvolvimento comunitário, a justiça social, o cuidado com o meio ambiente e a responsabilidade com as gerações futuras.

Sendo uma economia que abrange uma realidade muito diversificada, formada por associações, cooperativa e também grupos informais, originados por motivações e iniciativas distintas, peculiares a cada região e circunstância. Constituída por empreendimentos em que a solidariedade; a cooperação; a partilha dos rendimentos, de conhecimentos e de informações, entre seus integrantes; e, a autoajuda são elementos norteadores dessas experiências.

A Economia Solidária está relacionada com três aspectos que se complementam entre si, sendo um projeto socioeconômico, político e cultural que visa ao desenvolvimento humano, dentro dos princípios democráticos e de respeito ao meio ambiente a partir de relações sociais de produção autogestionárias antagônicas às do sistema capitalista.

Nesse sentido, a Região Metropolitana do Cariri, vem desempenhando ações a partir dos Fóruns de Economia Solidária. A articulação e incidência destes na elaboração e acompanhamento das políticas públicas de Economia Solidária na região, onde se dá o diálogo com os diversos atores e outros movimentos sociais na luta pelas reivindicações sociais.

É notável a presença de instituições diversas como: a ACB (Associação Cristã de Base), os Sindicatos, o ITEPS (**Incubadora Tecnológica de Empreendimentos Populares e Solidários**), a ONG Flor de Piqui, a Casa Lilás, o SESC (Serviço Social do Comércio), o SEBRAE (Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas), a ABA, o GRUNEC (Grupo de Valorização Negra do Cariri), a Cáritas, o CREDSOL (Crédito Solidário), a URCA (Universidade Regional do Cariri), UFC (Universidade Federal do Ceará) e outros que fazem parte dos Fóruns. Como resultado se vê que o Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES) é um instrumento do movimento da Economia Solidária, um espaço de articulação e diálogo entre diversos atores e movimentos sociais pela construção da economia solidária como base fundamental de outro desenvolvimento sócio econômico do país que queremos.

O Fórum Caririense de Economia Solidária, por sua vez, surge como um dos encaminhamentos do Seminário de Integração Teoria e Prática em Desenvolvimento Local/Territorial e Economia Solidária, realizado em 2010 no SESC (Serviço Social do Comércio) de Juazeiro do Norte-CE, promovido pela Universidade Federal do Ceará com apoio do Banco do Nordeste. Buscando contato com aqueles que se disponibilizaram num primeiro momento a integrar o Fórum, realizou-se ainda em 2010, na UFC/ Campus Cariri, o primeiro encontro do Comitê Pró-fórum Caririense de Economia Solidária, chegando a um total de 13 encontros realizados até Fevereiro/2011, contando com a participação de mais 138

¹ Ver Amorim & Araújo



9º ENEDS

ENCONTRO NACIONAL DE ENGENHARIA
E DESENVOLVIMENTO SOCIAL



“O Brasil que se quer e os caminhos que se trilham”

peessoas, residentes de onze municípios cearenses: Altaneira, Araripe, Barbalha, Caririagu, Crato, Fortaleza, Icó, Juazeiro do Norte, Milagres, Missão Velha e Tarrafas, representando mais de 60 entidades entre associações, cooperativas, instituições do poder público, ONGs, sindicatos e instituições de ensino superior, que validam o tripé: empreendimentos de economia solidária, entidades de apoio e fomento e poder público local, estrutura sugerida para a composição de Fóruns de Economia Solidária, tal qual o Fórum Brasileiro e os Estaduais.

O Fórum Caririense de Economia Solidária tem uma importância fundamental para o desenvolvimento de economia solidaria na região, pois o mesmo funciona como um instrumento de articulação entre as instituições, buscando a valorização da economia solidária a partir dos grupos envolvidos, onde é possível identificar ações positivas diante a sua atuação.

Desse modo, este trabalho objetiva analisar as estratégias de sustentabilidade na Região Metropolitana do Cariri a partir dos empreendimentos solidários, visando a sua articulação entre as instituições de apoio, assim como, as dificuldades dessa articulação e o desenvolvimento dos mesmos em longo prazo.

A pesquisa está em andamento, as outras etapas procura analisar e descrever de forma mais específica as ações e os projetos pedagógicos, econômicos e sociais das entidades envolvidas, assim como, a implementação dessas ações junto aos empreendimentos solidários.

2 Conceito de Economia Solidária

A Economia Solidária vem surgir nas relações de trabalho, como uma forma de luta contra a organização de trabalho exploratória do sistema capitalista. A economia solidária não vem como substituição do capitalismo, mas sim como uma alternativa, uma nova forma que pudesse minimizar os efeitos negativos do modelo capitalista. A Economia Solidária surge através dos operários, nos primórdios do capitalismo industrial como resposta à pobreza e ao desemprego resultante da difusão das máquinas, no início do século XIX. (SINGER, 2002).

Os primeiros modelos dessa forma de gestão distinta e democrática são frutos do pensamento cooperativista e dos precursores do Socialismo Utópico, dentre eles Fourier, Saint-Simon, Buchez, Proudhon e uma das maiores referências do cooperativismo operário, Robert Owen. Owen testou suas proposições, primeiramente na sua grande indústria têxtil inglesa de New Lanark, restringindo a jornadas de trabalho e não empregando crianças (CHAVES & PINTO, 2007). Evidências históricas demonstram que:

Desde o séc. XIX registram-se tentativas de instituir formas comunitárias e democráticas de organizar a produção e o consumo, em resposta a aspirações de igualdade econômica e à necessidade de garantir meios de subsistência para a massa de trabalhadores. (GAIGER, 2003, p. 182).

Estas evidências são respostas a um modelo de produção explorador do trabalho humano, com carga horária de trabalho extensiva, trabalho infantil e condições salariais desiguais e danosas à saúde, acentuadas pela primeira Revolução Industrial.



9º ENEDS

ENCONTRO NACIONAL DE ENGENHARIA
E DESENVOLVIMENTO SOCIAL



“O Brasil que se quer e os caminhos que se trilham”

No Brasil, a economia solidária aparece no final do século XX em resposta a exploração e exclusão no mundo do trabalho. Após essa data tem-se uma expansão de instituições e entidades que colaboram com iniciativas comunitárias e articulações populares. (MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO-MTE, 2012).

Para Singer (2000) a economia solidária é um processo contínuo de trabalhadores em luta contra o capitalismo. Ela não pode anteceder o capitalismo industrial, mas o acompanha como uma sombra, em toda sua evolução.

Segundo Gonçalves (2010) refere-se por economia solidária, o conjunto de práticas e iniciativas dos grupos populares, com base na solidariedade e na democracia em suas relações, buscando o desenvolvimento territorial através da realização da produção econômica. A Economia Solidária é uma forma de organizar atividades econômicas de produção, consumo e poupança/crédito que deseja completar as igualdades de direitos entre os que se engajam nestas atividades. (SINGER, 2003 *apud* RODRIGUES, 2003).

Podemos entender a economia solidária, como uma forma distinta de vender, comprar, produzir e também trocar tudo de essencial para viver, sem explorar, destruir ou levar vantagem. Partindo de que tudo é de todos, visando o bem comum. (MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO- MTE, 2012).

A partir do Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária - SIES (2005), a Economia Solidária é um conjunto de atividades econômicas de produção, distribuição, consumo, poupança e crédito, organizadas solidariamente por trabalhadores e trabalhadoras de forma coletiva e autogestionária. Podemos destacar quatro características importantes dessa atividade: cooperação, autogestão, viabilidade econômica e solidariedade.

Cooperação, Interesses e objetivos comuns, união dos esforços e capacidades, partilha dos resultados e responsabilidade solidária diante das dificuldades; Autogestão:Práticas participativas de autogestão nos processos de trabalho, na direção e coordenação das ações nos seus diversos graus e interesses. Atividade Econômica:Agregação de esforços, recursos e conhecimentos para viabilizar as iniciativas coletivas de produção, prestação de serviços, beneficiamento, crédito, comercialização e consumo. Solidariedade:Justa distribuição dos resultados e a melhoria das condições de vida de participantes. Comprometimento com o meio ambiente saudável e com a comunidade, com movimentos emancipatórios e com o bem estar de trabalhadoras e consumidoras. (Atlas da Economia Solidária no Brasil, 2005, p. 12).

Para Bertucci (2010) aborda a Economia Solidária como um conjunto de organizações econômicas que se caracteriza pela propriedade coletiva dos meios de produção, pela autogestão e pelo engajamento comunitário. É qualquer prática econômica popular que estão abaixo do assalariamento formal, que engloba ações individuais e de grupo, onde provoca a solidariedade na produção econômica. (BARBOSA, 2005).

Na Carta de Princípios da Economia Solidária de 2003, definida na III Plenária Nacional de Economia Solidária do FBES a definem:

A Economia Solidária constitui o fundamento de uma globalização humanizadora, de um desenvolvimento sustentável, socialmente justo e voltado para a satisfação racional das necessidades de cada um e de todos os cidadãos da Terra seguindo um caminho intergeracional de desenvolvimento sustentável na qualidade de sua vida. (III Plenária Nacional de Economia Solidária- FBES, 2003, p.02).



9º ENEDS

ENCONTRO NACIONAL DE ENGENHARIA
E DESENVOLVIMENTO SOCIAL



“O Brasil que se quer e os caminhos que se trilham”

As atividades econômicas da Economia Solidária podem ser realizadas em forma de grupos produtivos, fundos rotativos, cooperativas, associações, clubes de troca, empresas autogestionárias, redes de cooperação e outras, oferecendo atividades de produção de bens, prestação de serviços, finanças solidárias, trocas, comércio justo e consumo solidário. (MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO- MTE, 2012).

O mais conhecido tipo de empreendimento solidário é a cooperativa de produção, baseada nos princípios da posse coletiva dos meios de produção, gestão democrática e repartição da receita líquida entre os cooperadores. Outra forma de cooperativa é a de comercialização, composta por produtores autônomos, individuais ou familiares que fazem suas compras em comum e também as vendas.

Outra modalidade de empresa solidária é a cooperativa de consumo, são os que consomem seus produtos ou serviços. E as cooperativas de crédito são empresas de intermediação solidária. (SINGER, 2002).

Nota-se que o conceito de economia solidária, é basicamente definido como uma atividade econômica baseada na cooperação, autogestão e solidariedade. Apresentando-a como uma nova alternativa contra o desemprego. Sendo essas atividades de produção, comercialização, consumo, crédito e outras, realizadas de forma coletiva. De forma que não só proporciona geração de emprego e renda, como também melhora na qualidade de vida dos trabalhadores e trabalhadoras.

3. Conceito de Desenvolvimento Sustentável e autogestão.

A abordagem do problema conhecido como Desenvolvimento Sustentável deve começar com o estudo da categoria de desenvolvimento, que está indissolivelmente ligada à noção de desenvolvimento econômico. Desenvolvimento Sustentável seria, antes de qualquer coisa, um tipo de economia, ou de produção econômica, em que houvesse desenvolvimento econômico aliado a um tipo de produção ecologicamente menos destrutiva. Autores colocam a economia solidária associada ao “Desenvolvimento Sustentável”, onde se discute que tudo se refere a ações que visem preservar a natureza das consequências negativas que a sociedade a impõe. Mas não, pois o termo “desenvolvimento” está ligado a uma orientação capitalista e a reformas e alterações econômicas muito localizadas e limitadas de políticas “sustentáveis”.

Nos países em desenvolvimento, como o Brasil, o desenvolvimento sustentável chegou como um “novo dever de casa”, trazido pelos organismos internacionais de financiamento do desenvolvimento e passou a constar primeiro como base obrigatória para os planos de governo, sendo depois incorporado por todas as instâncias da sociedade. Inúmeros desdobramentos deste fato podem ser observados em todo o território nacional.

Pierre Lévy, ao discorrer sobre as maravilhas que a tecnologia cibernética vinha proporcionando ao mundo, dizia acreditar que a “cultura da rede” não se restringiria às mudanças no processo produtivo, mas seria capaz de revolucionar as relações pessoais e os próprios aspectos civilizatórios, pois, “os novos meios de comunicação poderiam renovar profundamente as formas do laço social, no sentido de uma maior fraternidade, a ajudar a resolver os problemas com os quais a humanidade hoje debate”. (LÉVY, 1999:13).

Esse é um ideal perfeitamente alcançável. No entanto, para chegarmos até ele necessitamos de uma mudança radical na forma de sentir do ser humano, para que ele possa então perceber o seu entorno e renovar sua maneira de pensar e agir. Mas essa “revolução” não se realizará sem que seja garantido a todos, sem distinção, o direito à vida. Para Sen (2000) não é possível



9º ENEDS

ENCONTRO NACIONAL DE ENGENHARIA
E DESENVOLVIMENTO SOCIAL



“O Brasil que se quer e os caminhos que se trilham”

falar de desenvolvimento sem antes tratar da liberdade do ser humano em seus aspectos primordiais, devolvendo às pessoas sua condição de agentes.

O desenvolvimento requer que se removam as principais fontes de privação de liberdade: pobreza e tirania, carência de oportunidades econômicas e destruição social sistemática, negligência dos serviços públicos e intolerância ou interferência excessiva de Estados repressivos. (SEN, 2000:18).

Como falar de agentes de desenvolvimento ou de preservação da vida e dos recursos naturais para pessoas que vêem seus filhos morrendo de fome, seja no sertão Nordeste, no interior da África ou nos guetos de Nova York? Urgem, então, medidas urgentes para que o desenvolvimento não venha apenas para o benefício de alguns, enquanto a maioria da população não consegue sair da pobreza. E o desenvolvimento pensado a partir do local é uma das alternativas para possibilitar essa premissa.

No campo conflitivo dos movimentos socioambientais nos quais se confronta a racionalidade econômica hegemônica com outras matrizes de racionalidade configuradas pela cultura, vem se dando um processo de construção social de uma racionalidade ambiental onde se conjugam categorias teóricas e novos direitos culturais – ao território, à autogestão, ao saber local – com novas estratégias produtivas, incluindo novas formas de autogestão das comunidades e a remuneração do trabalho de conservação.

A nova perspectiva de sustentabilidade vem aparecer a partir de experiências recentes dos movimentos sociais no Brasil e na América Latina mostrando a enorme capacidade das comunidades para lidar com situações novas e, portanto abertas, reinventando suas vidas, suas histórias e suas geografias frente à razão instrumental utilitarista através da qual a economia global busca penetrar em seus espaços geográficos e em seus territórios socioculturais. As recentes experiências impulsionadas pelos movimentos sociais orientadas para uma reapropriação sociocultural da natureza vêm desenvolvendo práticas produtivas sustentáveis a partir de um reconhecimento próprio sobre seu entorno e seus modos de vida.

A construção de um futuro sustentável coloca a necessidade de se construir uma nova racionalidade produtiva, sendo esta pautada na concepção do ambiente como um potencial produtivo e um sistema de recursos a partir da aplicação dos princípios de uma produtividade ecotecnológica gerada pela articulação da produtividade ecológica dos recursos naturais, da produtividade tecnológica dos processos de transformação e da produtividade social organização produtiva das comunidades. Esta racionalidade produtiva orienta-se para a satisfação das necessidades sentidas na sociedade e num processo de desenvolvimento sustentável baseado no equilíbrio ecológico e na justiça substantiva. Desta forma, o ambientalismo dá novo significado às necessidades, reorientam-se as ações da sociedade e retribui responsabilidades e capacidades de decisão ao conjunto de atores econômicos e sociais; estabelece novos direitos sobre a gestão de seus recursos naturais, técnicos e culturais e promove novas potencialidades para o desenvolvimento das forças produtivas da sociedade. A gestão ambiental conjuga, assim, os objetivos da democracia política e econômica com a democracia social e cultural, através de um processo de descentralização econômica e política, fundada no ordenamento ecológico do território, na diversidade étnica e biológica do meio e na autogestão produtiva das comunidades, sendo a autogestão ainda um desafio para as mesmas, no que se refere aos empreendimentos solidários.

Perante esta perspectiva de homogeneização apresenta-se um projeto alternativo de sustentabilidade e democracia fundado na participação direta dos produtores, da cidadania, dos camponeses e dos povos de diferentes ecossistemas (povos das florestas; povos



9º ENEDS

ENCONTRO NACIONAL DE ENGENHARIA
E DESENVOLVIMENTO SOCIAL



“O Brasil que se quer e os caminhos que se trilham”

ribeirinhos; povos do cerrado), na gestão de seus recursos ambientais. A democracia ambiental que está nascendo aparece como um processo de mobilização da sociedade na construção de formas de produção e de diferentes estilos de vida, fundados numa nova ética, no potencial das sinergias dos processos ecológicos e culturais ampliados pelo poder da ciência e tecnologia e na energia social que geram os processos autogestionários e participativos.

Conjugam-se, deste modo, o propósito de distribuição do poder com a descentralização das atividades produtivas e a construção de uma economia com um novo potencial produtivo, através da democratização e na capacidade organizativa e autogestionária da sociedade.

4 Experiências de Ecosol nos Fóruns e na Associação Cristã de Base (ACB)

A economia solidária aponta um novo modo de produção que vem sendo introduzindo na vida das pessoas. Sendo que a sociedade ainda se pauta na base da economia tradicional (economia individualista, cujo capital está em detrimento do fator humano). Assim, comunidades que se estruturam em uma forma coletiva de produção seja associação, cooperativas, ONGs precisam de orientação. Uma forma de instrumento que faça uma articulação entre os empreendimentos solidários, entidades de apoio e fomento e o poder público local. O Fórum vem ser um dos modos de auto-organização política que trabalham a articulação no campo da economia solidária.

O fórum geralmente é um lugar de debate entre os participantes-membros, de forma que reivindicam seus direitos, elaboram políticas públicas ou discutam as ideias já existentes. Segundo França Filho (2007) os fóruns são espaços de reuniões entre atores, só que de forma mais ampla, pois além dos empreendimentos entram nessas discussões representantes de instituições públicas e entidades de apoio e fomento. Dessa forma, a economia solidária conseguiu progressos expressivos na institucionalização necessária a sua prática, sendo que a mudança da realidade e a promoção do desenvolvimento supõem o salto da sobrevivência para a sustentabilidade das iniciativas.

Em relação às funções de um Fórum de Economia Solidária, destacam-se ações de organização do movimento de atores com origens bastante diversificadas. Sendo que sua tarefa principal parece ser a de intervir na definição de políticas públicas, através do encaminhamento de proposições. Os fóruns desempenham um papel difícil, pois tentam reunir práticas solidárias que são heterogêneas. Esse campo tenta unir atores com características, origens e práticas distintas. A história ainda muito recente dos fóruns Estaduais revela níveis de conflito e de desgastes importantes, porém tal dinâmica é parte constitutiva do processo de organização social e política do movimento, acabando por funcionar como um processo de aprendizado da democracia para os diversos atores. (FRANÇA FILHO, 2007).

A ACB (Associação Cristã de Base) foi criada em 1982, é uma instituição que desempenha um papel muito importante com as associações comunitárias e tem como objetivo trabalhar com a agricultura familiar, buscar projetos. O primeiro projeto que conseguiu foi internacional, com os Europeus nessa área. E não tinha acesso a recursos com o governo do Brasil. Então, a busca para fortalecer a agricultura familiar e fazer com que as pessoas permaneçam no campo é sempre um desafio. A ACB começou como um grupo pequeno e depois se tornou uma associação. Os primeiros parceiros internacionais foram os Estados Unidos e outras entidades americanas. Essas entidades vieram visitar a associação dando suporte aos projetos. Hoje as mesmas não dão mais suporte, depois que a associação conseguiu ter acesso a recursos do Governo federal, os parceiros internacionais saíram, pois já



9º ENEDS

ENCONTRO NACIONAL DE ENGENHARIA
E DESENVOLVIMENTO SOCIAL



“O Brasil que se quer e os caminhos que se trilham”

tinham dado suporte suficiente e foram ajudar outros países com mais necessidade. Como a Venezuela, África, ajudando aos mais carentes.

Não existem associações ligadas a ACB, mais existem instituições que auxiliam na elaboração de projetos, assistência técnica, execução de projetos que está sendo aplicando. Os contatos que existem são com sindicatos, associações, federações para a base dos projetos. A mesma atua em 15 municípios com projetos variados. Têm um projeto de assistência técnica de extensão rural (ATER CARIRI) em 12 municípios. Trabalhando com as cidades: Porteiras, Brejo Santo, Jardim, Missão Velha, Milagres, Santana, Potengi, Nova Olinda, Assaré, Crato. Atendendo o Cariri Leste e Cariri Oeste. Atuando com mais de um projeto em um só município.

Há uma preocupação da ACB em difundir a ideia das Feiras Agroecológicas, pela a importância da qualidade dos produtos, assim como, a mudança que ocorre na vida dos agricultores. Por exemplo, um agricultor ou uma agricultora que fazia sua produção e entregava no mercado convencional, onde o atravessador pagava o preço que queria e determinava a sua forma de pagamento. A partir da comercialização na feira agroecológica, os agricultores estabelecem o seu preço e recebem de acordo com o que vendem, não tem venda fiada. A feira foi criada em 2003, e também foram criadas feiras distritais, mas não tem como dá suporte a todas elas, tipo um acompanhamento. O importante de tudo isso é que essas feiras estão acontecendo e chegando a uma proporção que as famílias envolvidas passam a necessitar do suporte técnico da ACB para o seu desenvolvimento, sendo que as mesmas possuem a sua própria dinâmica. Esse trabalho cria um modelo diferenciado, onde a geração de renda e a qualidade de vida passam a fazer parte do cotidiano dessas pessoas.

A pesquisa mostrou que o Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES), assim como, a Associação Cristã de Base (ACB) na Região Metropolitana do Cariri funcionam como um instrumento do movimento da Economia Solidária, um espaço de articulação e diálogo entre diversos atores e movimentos sociais pela construção da economia solidária como base fundamental de outro desenvolvimento socioeconômico do país que queremos.

5 Conclusão

A conclusão a que chegamos é mesmo que, em primeiro lugar, uma sustentabilidade não pode ser realizada sem que leve em conta ideais próximos a valores coletivistas. Uma economia mais “sustentável” não pode ser encarada dentro da perspectiva individualista, consumista, sempre voltada para o lucro, para a acumulação, que marca o capitalismo. Porque apenas num sistema de tipo coletivista, a extinção da lógica do lucro, com as consequências ambientais que elas provocam, é viável. Porque apenas uma economia desse tipo poderia assegurar uma transição rumo a uma economia mais sustentável sem que seu fardo fosse descarregado na coletividade. Sob o atual sistema econômico, são os grupos mais pobres da sociedade que sofrem as consequências sociais diretas da degradação ambiental; uma transição para a economia sustentável feita sem uma alteração das relações de classe apenas ampliaria os atuais privilégios econômicos de uma elite minoritária para privilégios econômico-naturais. Não haverá outro desenvolvimento que não seja coletivista e ao mesmo tempo sustentável.

Ao vivenciar o Fórum Caririense de Economia Solidária e a atuação da ACB (Associação Cristã de Bases) vimos: a importância dos mesmos tanto dos fóruns de Economia Solidária como da ACB, como um instrumento de articulação entre as instituições envolvidas nos empreendimentos de economia solidária, e uma das dificuldades é o alto índice de insustentabilidade em longo prazo dos mesmos, é algo que preocupa, pois há uma dificuldade



9º ENEDS

ENCONTRO NACIONAL DE ENGENHARIA
E DESENVOLVIMENTO SOCIAL



“O Brasil que se quer e os caminhos que se trilham”

imensa desses empreendimentos solidários, principalmente, na sua autogestão, na maioria das vezes os atores envolvidos não conseguem dá continuidade por falta de capacitação, daí a importância dessas instituições que visam levar até eles esse suporte e orientações que consigam gerenciar o negócio de forma eficaz.

Por isso, desenvolver a prática da ES é um verdadeiro desafio diante, a realidade desses empreendimentos que todos os dias lutam para sobreviver no mercado competitivo. Mas é possível perceber que, está dando certo, pois a Região Metropolitana do Cariri vem desenvolvendo tais práticas de forma efetiva, mesmo diante das dificuldades, lembrando que as instituições como: a UFC (Universidade Federal do Ceará) com o ITEPS (Incubadora Tecnológica de Empreendimentos Populares e Solidários), a URCA (Universidade Regional do Cariri) com o Grupo ECOS URCA (Laboratório de Estudos em Economia Solidária e Sustentabilidade), o SEBRAE (Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas), a ACB (Associação Cristã de Base), os Sindicatos, a ONG Flor de Piqui, a Casa Lilás, o SESC (Serviço Social do Comércio), a ABA, o GRUNEC (Grupo de Valorização Negra do Cariri), a Cáritas Internacional (é uma confederação de 162 organizações humanitárias da Igreja Católica, que atua em mais de duzentos países), o CREDSOL (Crédito Solidário), e a FEBES (Fórum Brasileiro de Economia Solidária), são responsáveis pela implementação de muitos empreendimentos, assim como, importantes para que muitos destes consigam se sustentar a partir do apoio dado pelas mesmas.

Referências Bibliográficas

AMORIM, B. M & ARAUJO, H. E. Economia Solidária no Brasil: novas formas de relação de trabalho? Brasília: IPEA, 2004 (nota técnica).

Atlas da Economia Solidária no Brasil 2005. Brasília: MTE, SENAES, 2006. Disponível em: <http://www.mte.gov.br/ecosolidaria/sies_atlas_parte_1.pdf> Acesso: 23 de maio de 2012.

BARBOSA, R. N. C. A ECONOMIA SOLIDÁRIA COMO POLÍTICA PÚBLICA: uma tendência de geração de renda e ressignificação do trabalho no Brasil. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2005.

BERTUCCI, Jonas de Oliveira. A produção de sentido e a construção social da Economia Solidária. Brasília, 2010.

CHAVES, D. F; PINTO, I. M. J. Economia Solidária como alternativa de Desenvolvimento Regional. T&C Amazônia, Ano V, Número 10, 2007. Disponível em: <www.fucapi.br/tec/imagens/revistas/ed10_12.pdf> Acesso em: 26 de maio de 2012.

FRANÇA FILHO, Genauto Carvalho de. Teoria e prática em economia solidária: problemática, desafios e vocação. In: Civitas- Revista de Ciências Sociais, v.7, n. 1, jan-jun. 2007.

GAIGER, L. I. G.A Economia Solidária diante do modo de produção capitalista. CADERNO CRH, n. 39, p. 181-211, Salvador, 2003. Disponível em: <www.ufpa.br/itcpes/documentos/eco_sol_mod_cap.pdf> Acesso em: 27 de maio de 2012.

GONÇALVES, S. M. S. Economia solidária, associativismo & autogestão: uma análise de associações de artesanato de Juazeiro do Norte- CE. Juazeiro do Norte/CE, 2010.

LEITE, M. L. S; FEITOSA, D. I; BRASIL, K. N. L. *et al.* O Fórum Cariense de Economia Solidária como Possibilidade de Integração entre Empreendimentos de Economia Solidária, Entidades de Apoio e Fomento e Poder Público Local no Cariri Cearense.V Encontro Nacional de Pesquisadores em Gestão Social. Florianópolis – SC, 2011.

LEFF, E. (org.). Ética, vida, sustentabilidade. In: PNUMA. Red de Formación ambiental para América Latina y el Caribe. México, 2002 [Série Pensamento Ambiental Latinoamericano, 5]



9º ENEDS

ENCONTRO NACIONAL DE ENGENHARIA
E DESENVOLVIMENTO SOCIAL



“O Brasil que se quer e os caminhos que se trilham”

LÉVY, P. A inteligência coletiva: por uma antropologia do ciberespaço. 2.ed.Trad. Luiz Paulo Rouanet. São Paulo: Loyola, 1999.

Luiz Eduardo Simões de Souza, (org.); Victor Eduardo Schincariol, (colaborador). – Economia esustentabilidade. São Paulo: LCTE Editora, 2008. (Série economia de bolso).

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO. As origens recentes da Economia Solidária no Brasil. Disponível em: <<http://portal.mte.gov.br/ecosolidaria/as-origens-recentes-da-economia-solidaria-no-brasil.htm>> Acesso em: 27 de maio de 2012.

NASCIMENTO, Edson Ronaldo. Princípios da Economia Solidária. Brasília, 2006.

RODRIGUES, L. F. A. Economia Solidária. Lato & Sensus, v. 4, n. 1. Belém, 2003. Disponível em: <www.nead.unama.br/site/bibdigital/pdf/artigos_revistas/136.pdf> Acesso em: 23 de maio de 2012.

SEN, Amartya. Desenvolvimento como liberdade. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

SINGER, Paul. Economia solidária: um modo de produção e distribuição. In: SINGER, Paul; SOUZA, André. (Orgs.) A Economia solidária no Brasil; a autogestão como resposta ao desemprego. São Paulo: Contexto, 2000.

_____. A recente ressurreição da economia solidária no Brasil. In: Boaventura de Sousa Santos (org.) Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

_____. Economia Solidária. In: CATTANI, David Antônio (org.). A Outra Economia. Porto Alegre: Veraz Editores, 2003.

III PLENÁRIA NACIONAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA – FBES. Carta de princípios da Economia Solidária. 2003. Disponível em: <<http://www.fbes.org.br>> Acesso em: 23 de maio de 2012.